

ENTREVISTA COM SÔNIA MENESES

Sônia Meneses atualmente é professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. Formou-se em História na Universidade Estadual do Ceará. Posteriormente, defendeu a dissertação de Mestrado *“As Chaves da Cidade: violência e civilização na construção urbana de Fortaleza na segunda metade do século XIX”* na Universidade Federal do Rio de Janeiro e a



tese de Doutorado *“A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação? A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964”* na Universidade Federal Fluminense. Em 2018 iniciou o pós-doutorado na Universidade de São Paulo. A entrevista abordou diversos tópicos que nos ajudam a compreender, de forma muito interessante, as relações que existem entre nossa sociedade, as mídias sociais e o negacionismo. Explicando, ainda, as diferenças das revisões operadas pelos historiadores, baseados em seus protocolos e métodos, e os revisionismos sem critérios ocorridos em publicações de grande circularidade. Algo que, como se verá nas próximas páginas, não se trata de nenhuma novidade. Agradecemos imensamente por esta rica entrevista e desejamos a todos boa leitura!

Hydra: Olá, professora Sônia! Agradecemos muito por nos conceder esta entrevista para a sétima edição da Revista Hydra! Pensamos em uma entrevista que possa ter conexões com o nosso dossiê, justamente com o intuito de que possa alcançar alunos de graduação e pós-graduação, inclusive de outras Instituições. Isso pode gerar uma compreensão melhor do nosso próprio tempo e do que podemos esperar. Para começar, você poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória profissional? Existe alguma comparação com os dias atuais e os anos de 1990, quando muitos docentes hoje ainda estavam em formação?

Sônia Meneses: Olá, eu é que agradeço a oportunidade e o convite de vocês, é sempre um grande prazer poder dialogar sobre história e as questões que cercam nosso campo, especialmente, em um momento tão complexo como o que vivemos. Bem, toda a minha formação é na área de história. Fiz graduação na Universidade Estadual do Ceará, depois, mestrado e doutorado na UFRJ e na UFF, respectivamente. Recentemente, concluí estágio de pós-doc. na Universidade de São Paulo. Desde meu mestrado tive uma aproximação com as reflexões sobre a história e a imprensa. Embora, em minha dissertação de mestrado, esses elementos ainda não se constituíssem o problema central, pois investigava a institucionalização dos mecanismos de punição e justiça na cidade de Fortaleza do século XIX¹, dediquei parte do trabalho ao papel da imprensa na construção de discursos e produção de sentidos e, como ela foi fundamental para esse processo no espaço da cidade.

Após a conclusão do mestrado, lecionei por cinco anos na educação básica e, em 2002, ingressei como docente no ensino superior na Universidade Regional do Cariri, onde permaneço até hoje. Foi exatamente na sala de aula que pude aprofundar as questões que deram origem á

¹ SILVA, Sônia Maria de Meneses. *As Chaves da Cidade: violência e civilização na construção urbana de Fortaleza na segunda metade do século XIX*. UFRJ, 2001.

minha tese de doutorado e que, ainda hoje, mobilizam meu interesse de reflexão. Sou professora da área da teoria da história e lecionei por muitos anos, a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos. Bem, dentre as muitas questões basilares com as quais nos deparamos nessa disciplina, há uma que é um dos pontos mais complexos para os novos graduandos: a definição de acontecimento histórico. Este é sempre um ponto fundamental que nos conecta a outros, tais como a verdade histórica, narrativa, fonte histórica etc. Sempre havia dois aspectos que eu procurava instigar: o que é um acontecimento histórico, e quem diz que ele é histórico? Perguntas elementares, que por exemplo, você pode lançar a qualquer pessoa. Assim, havia e ainda há, um verdadeiro burburinho nas tentativas de responder a essas perguntas, mas uma resposta, em especial, chamou minha atenção pela repetição que, a partir de um dado momento, passou a se manifestar: “acontecimento histórico é aquilo que foi noticiado nos meios de comunicação” ou “é aquilo que está na televisão, no jornal, na internet” e por aí vai. Mesmo com algumas variações, este era um dos *topos* sempre repetido por eles. Isso me fez pensar sobre vários aspectos da produção histórica em nossos dias, e a partir daí, passei a me dedicar especialmente, a essas questões no tempo presente. Àquela pergunta, acrescentei outras: como a história é produzida fora da academia? Quem são seus produtores? Quais os caminhos dessa produção? Questões que procurei responder em minha tese de doutorado, em um processo que denominei de “Operação Midiográfica”. Claro que o título e o mote do trabalho me vinculam ao referente Certoniano, todavia, além de um reconhecimento às questões fundamentais propostas por aquele historiador à reflexão da produção histórica, minha questão era ir além do nosso campo, interrogar como se processam outros fazeres históricos, uma outra operação, aquela que se desenrola bastante distante da nossa oficina, mas cuja repercussão e legitimação é espantosa em nossos dias, ou seja, o papel dos meios de comunicação na produção de história. Não apenas pensada como fonte

de nossas investigações, mas como estes são produtores de narrativas históricas racionalizadas e pensadas enquanto conhecimento produzido para o grande público. Elementos que, grosso modo, hoje são denominados problemas da história pública.

Nesse sentido, passando ao segundo aspecto da questão, sobre a nossa formação, vejo que existem muitas diferenças. Os anos de 1990 representam a efervescência de abertura dos cursos de pós-graduação em história no Brasil. Até o começo daquela década, ainda eram poucos os estados que tinham cursos de mestrado e doutorado que, em sua maioria continuavam situados no Sudeste. Por exemplo, no Nordeste, se não me engano, tínhamos apenas dois polos mais tradicionais, os programas da Bahia e Pernambuco. Boa parte dos formandos em história, se queria continuar na carreira e permanecer no país, tinha que sair de seus estados para realizar a formação, e os escolhidos eram sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo.

No caso do meu estado, o Ceará, nos anos de 1990, muitos fizeram sua formação na PUC de São Paulo, UFRJ e por aí vai. Para vocês terem uma ideia, programa de pós-graduação em história mais antigo do Ceará é o da Universidade Federal e começou a ser organizado, em parceria com a UFRJ, apenas em fins dos anos noventa, sendo a primeira turma, formada em 2000. Essa hegemonia dos cursos do Rio de Janeiro e São Paulo sobre a formação de historiadores no país teve algumas consequências relevantes, talvez a principal delas seja a centralidade do campo teórico que, em sua maioria se situava âmbito da história social como a principal linha de pesquisa no país. A partir de meados dos anos 2000, temos uma mudança significativa neste quadro. Sobretudo, porque assistimos a proliferação de cursos de mestrado e doutorado nos vários estados da federação e, embora, tenha havido ainda uma predominância na abordagem da história social, tem ocorrido uma crescente diversificação nas escolhas das linhas desses novos programas. Então hoje, temos programas com área de concentração em história

cultural, espacialidades, tempo presente e até mesmo, um dos mais recentes, na linha de História Pública, da Universidade do Estado do Paraná, ou ainda, História dos Sertões, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó. Destaca-se ainda o relevante programa da Rede Prof.História que tem realizado o profícuo diálogo da pesquisa acadêmica com os professores da educação básica. Todos esses aspectos, certamente, fortaleceram e ampliaram bastante o papel da pós-graduação em história no país, que hoje é sem dúvida muito mais representativa.

Hydra: Não é uma novidade a manipulação do passado para fins ideológicos e políticos. Eric Hobsbawm é um dos historiadores que nos explicou sobre a manipulação do passado tanto por Hitler como por Franco ou Stálin. Na história do nosso país também podemos observar esse fato durante a ditadura civil-militar. Existe alguma comparação possível entre o discurso pró-golpe de 1964 e o discurso que mantém Bolsonaro no Governo?

Sônia Meneses: Esta é uma boa pergunta e que me faz lembrar bastante das questões colocadas pelo historiador belga Antoon De Baets sobre sua teoria do abuso da história. As manipulações da história são muito comuns em regimes de exceção. Os abusos sobre o passado e sobre a própria escrita da história se configuram em questões capitais para esses regimes, uma vez que, nessa lógica, predomina a máxima de ir buscar no passado as justificativas para os desatinos perpetrados no presente. Mas, nós historiadores e historiadoras temos que estar atentos para o fato de que, mesmo nos chamados regimes democráticos esses maus usos do passado estão presentes travestidos em licença ou liberdade para se dizer qualquer coisa, e sabemos o quão perigoso isso pode ser. Um exemplo pode ser a própria noção de verdade que se volta para uma definição clássica, universal, verdade no singular. Elementos que de alguma maneira, são fortemente influenciados por uma perspectiva de moral cristã, algo do tipo

“conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Então, nesse movimento negacionista presente, a primeira coisa é restituir um certo valor singular da verdade, recolocando-a como potente mecanismo de poder. Uma vez estabelecido esse parâmetro de definição do que “deve” ser a verdade, o caminho seguinte é elaborar respostas que se adequem a esse arquétipo, assim, retira-se a ideia sempre conflituosa e problemática presente na produção de qualquer conhecimento, eliminam-se as controvérsias, como se estas fossem empecilho à “descoberta” da verdade na produção histórica. Portanto, nessa versão do negacionismo do tempo presente, antes, trata-se de dissolver os elementos sob os quais se assentam a própria construção do conhecimento histórico acadêmico e, em seu lugar, oferece-se uma resposta simples, que se apresenta como universal e singular sobre os acontecimentos históricos.

Tratando especificamente de 1964, identifico algumas similaridades nos argumentos de ontem e hoje, para compreendermos o governo atual. Primeiro, o evento ressurge na cena pública num embate sobre a “verdade de 1964”. Creio que as reflexões do historiador Rodrigo Patto são muito pertinentes nesse sentido, destaco sua análise sobre como o mote da presença e do medo ao Comunismo tem sido recorrentemente evocado por nossos governantes para justificar tomadas autoritárias de poder, nesse caso, esta é a resposta “simples” sempre evocada por quem quer eliminar as explicações complexas e conflituosas sobre o episódio. Nas matérias que trabalhei na grande imprensa na década de 1960, tanto antes, como depois do Golpe de 1964, essa era uma máxima permanente que justificava a tomada de poder pelos militares, repetida pelas elites nacionais que apoiaram o golpe, assim como pela própria imprensa. Exemplos clássicos são os jornais Folha de São Paulo e Globo que justificam o apoio, argumentando que, naquele momento o Brasil, se via na eminência de um golpe comunista, que sabemos é absolutamente infundado. Na verdade, este continua sendo um argumento evocado até agora em muitos dos grupos que apoiam o

atual governo. Assim, 1964 é o mote para suas ações autoritárias, ou seja, o Golpe, tem figurado como exemplo, na medida em que é constantemente defendido nos discursos oficiais, assim, acena positivamente aos militares de hoje, e por outro lado, tem também a função de ser aviso, admoestação aos que criticam o governo, algo como, “vejam o que estão fazendo, caso contrário, podemos realizar um novo 1964”. Isso ficou bastante claro nas recentes menções ao AI5 pelo filho do presidente e por seu atual ministro da economia. Portanto, há um constante retorno a este evento nos discursos do atual governo. Não podemos esquecer que muitos anos antes, este já era um aspecto relevante nos discursos do então deputado e, em vez deste ser um fator de empecilho para a continuação de sua carreira política, o fortaleceu. Isso diz muito de nossas instituições políticas em permitir, sem qualquer advertência ou punição, um discurso que atenta contra o próprio estado democrático e até mesmo de apologia a torturadores, mas por outro lado, também diz muito de nossa sociedade de forma geral, que tradicionalmente, é bastante tolerante com a defesa de autoritarismos.

Hydra: Em nosso dossiê também estamos debatendo acerca da construção de temas que envolvam o pensamento histórico nesse período intrincado em que nós, historiadores e professores de História, estamos vivendo e como isso se relaciona com os papéis da universidade pública, principalmente no que toca aos revisionismos e negacionismos. Como podemos observar que parte do ataque às universidades públicas brasileiras e ao conhecimento científico produzido por seus estudantes e professores, essencialmente na área da História, é justamente questionar a sua validade e também o seu conteúdo. Você considera que estamos numa espécie de disputa pelo real e pelo espaço de dizê-lo? Por quem é responsável e, digamos “merecedor”, dessa produção do conhecimento.

Sônia Meneses: Não há dúvida que estamos vivendo um tempo de grande disputa discursiva e que a história se tornou um elemento chave nessas alterações. Nesse sentido, temos vários elementos complexos no presente cenário. Eu diria que, mais do que uma disputa pelo “real”, temos uma disputa da autoridade de falar sobre ele e, a reboque, sobre o papel dos historiadores; de quem tem legitimidade para produzir sobre o passado, escrever história. O que assistimos nesse momento, não é uma questão da “verdade” sobre o “real”. Aprendemos há muito tempo que o que chamamos de “real” é sempre mediado por um conjunto de narrativas, artefatos ou “presenças” que nos dizem que ali algo aconteceu, por outro lado, aprendemos também que produzir história, é principalmente seguir caminhos marcados por uma série de protocolos e metodologias que precisamos deixar claras quando apresentamos os resultados do nosso trabalho. A grande questão é que tem se difundido um discurso falacioso de que as nossas produções sobre o passado não servem porque são ideológicas, assim, tornou-se comum escutarmos que “os historiadores mentem” os “professores de história mentem”, os livros “didáticos mentem”. Isso não surgiu por acaso. Há alguns anos, a falácia da possibilidade de um conhecimento “puro”, ou do espelhamento do real, vem ganhando grande visibilidade. Eu diria até, que está em curso um projeto de desqualificação do conhecimento histórico realizado por nossas escolas e, conseqüentemente, dos sujeitos dessa produção. Há pouco tempo, tínhamos uma legitimidade que raramente era questionada a partir do ambiente externo. Claro, de alguma forma, sempre houve questionamento à escrita da história, ou mesmo, divergências quanto aos seus resultados, ou teses. Nunca deixou de ocorrer disputas sobre o passado. Mas o que podemos perceber é uma postura diferente. Há uma desqualificação indiscriminada sobre a produção histórica profissional que vem ganhado cada vez mais apoiadores, especialmente, através das novas mídias. Em seu lugar tem emergido uma produção de grupos reacionários para os quais o

que importa é sobretudo fazer valer uma dada versão altamente comprometida com os interesses desses grupos. Há manipulação de fontes, omissões de dados, ou mesmo sua deturpação deliberada para criar versões totalmente mal-intencionadas sobre o passado. Aqui podemos qualificá-la de uma história abusiva. Deliberadamente, feita para ludibriar, enganar, negar. Nesse caso, é exatamente o contrário daquilo que diz combater, uma história totalmente comprometida ideologicamente. Este tipo de história reacionária, se utiliza daquele paradigma de verdade que mencionei antes, por isso, eles dizem trazer “a verdade” sobre o passado, sempre no singular, porque precisa excluir, que se ampara, primeiro na desqualificação do saber profissional, depois no próprio sujeito da dessa produção.

Hydra: Como a senhora enquadraria também o papel das mídias sociais e a forma da escrita da história nesse processo?

Sônia Meneses: Acredito que entramos em uma nova era da produção do conhecimento. Isso tem ocorrido de maneira avassaladora. Quando concluí o mestrado em 2000, todas as minhas fontes do XIX foram consultadas em microfilmes na biblioteca pública do estado, pouco tempo depois, esse material estava digitalizado e disponibilizado no site de uma universidade norte-americana e podia ser acessado de qualquer computador ligado à internet. Este é apenas um dos aspectos da mudança que diz respeito às fontes históricas. A digitalização de documentos e sua disponibilização online talvez tenha sido o primeiro passo dessa passagem. Agora os periódicos estão totalmente online, assim como suas hemerotecas, então, temos aí a problemática dos acervos e como tudo isso será regulamentado, resguardado para o futuro. Por outro lado, há o surgimento de novas fontes vinculadas diretamente ao universo virtual, material advindo de blogs, vlogs, redes sociais, etc. Portanto, seguem-se os desafios de novas metodologias de forma a incorporar materiais que estão cada vez mais presentes em nosso

cotidiano. Como lidar, por exemplo, com a produção advinda de redes sociais? Que estratégias podem ser criadas para tornar esse material disponível como acervo a longo prazo? Muitas disciplinas têm enfrentado isso, como a sociologia, a antropologia, mas no caso da história, esse é um exercício ainda tímido. Olhando essas fontes temos outras questões: seus usos contínuos num ambiente de acesso ininterrupto. Os motores de busca, praticamente anularam a dimensão temporal da notícia como a conhecíamos. O que estou dizendo é que, como a notícia, a qualquer momento, pode aparecer numa busca simples do Google, temos uma reedição de demanda de sentido, mesmo que sua novidade, ou sua ocorrência tenha se realizado há anos, ou décadas. Isso vem desencadeando vários debates no âmbito jurídico em torno do direito ao esquecimento e a relação deste com memória. Em princípios dos anos 2000, a ideia de uma Web 2.0, da participação plena dos sujeitos na produção de conteúdos, era talvez uma das grandes utopias dos defensores da conexão global. Todos conectados numa grande rede produzindo conteúdos e, ao mesmo tempo, reagido a eles. Mas os efeitos disso foram imprevisíveis como pudemos observar nos últimos anos e nos demonstraram o potencial destrutivo das redes sociais quando utilizadas para fins de manipulação da informação. A explosão das fake News, a disseminação de extremismos diversos e a formação de guetos cibernéticos, potencializados por governos de extrema direita, tem criado sérios riscos às próprias democracias contemporâneas o que se constatou no escândalo do Facebook–Cambridge Analytica no qual foi comprovado o uso criminoso dos dados de milhões de usuários para campanhas políticas como foi o Brexit e a eleição Trump e sabemos que isso também teve impactos na eleição aqui no Brasil com a enorme proliferação de Fake News em 2018. Assim, novamente, o gatilho da problemática da verdade X mentira foi acionado para convencer as pessoas a mudarem de opinião ou mesmo, aderir a causas através da manipulação de dados. Há um elemento central como acionador para

adesão de novos sujeitos: a distribuição da informação priorizando as sensações, comportamentos, emoções e afinidades morais. Assim, vem perdendo força o dado científico se ele não corresponde às demandas morais ou comportamentais de grupos. Isso pode ser notado pelo crescente movimento antivacinação, o terraplanismo e os negacionismos diversos que vêm ganhando força nas redes sociais. Para história, esse problema tem crescido porque nossas teses têm sido capturadas nas mesmas malhas morais e comportamentais. Por isso, nega-se a ditadura, relativiza-se a escravidão, o papel das mulheres na história e por aí vai.

Hydra: Quando tratamos de revisionismos e negacionismos históricos atuais, o período da ditadura civil-militar brasileira é um dos tópicos mais abordados, seja para negá-la como um todo ou em suas partes, como as torturas viabilizadas pelo Estado. Isso nos remete a importante questão dos problemas que envolvem a memória sobre a Ditadura, seja ela individual ou em grupo – uma vez que, por exemplo, os relatos dos sobreviventes não são vistos como verdadeiros por todos. Além disso, nossa ditadura é tratada já há alguns anos como muito mais “branda” do que dos outros países latino americanos. O que, para a senhora, teria causado esse maior interesse pela negação depor tal período no momento atual?

Sônia Meneses: Acho que uma primeira coisa que temos que distinguir são os conceitos de revisionismo e negacionismo. Na prática, nós historiadores e historiadoras, sempre fazemos revisões sobre os conteúdos históricos. Isso é salutar porque demonstra a dinâmica do conhecimento e o fato de que, a história é esse campo de possibilidades. Então, muitos sujeitos e temas emergiram nas quatro últimas décadas porque olhamos novamente para temas tradicionais, adequamos metodologias, ampliamos fontes e, sobretudo, fizemos novas perguntas. Mas é importante destacar que, as revisões sobre temas históricos, quando ocorrem, devem se manter dentro

dos parâmetros ético-protocolares de nosso campo. Essa confusão entre revisionismo e negacionismo emerge ali, nas décadas de 1950, 1960 quando alguns historiadores passaram a defender o que eles chamavam de uma “revisão” do tema da Segunda Guerra e, especialmente, do holocausto. Ora, na prática o que eles faziam era construir argumentos para “negar” esses acontecimentos a despeito das fontes e testemunhos que corroboravam com sua ocorrência. Então houve essa dubiedade entre os dois conceitos. Deste modo, convencionou-se, no âmbito histórico, mas também político que essas práticas eram sim, tentativas de negação da história a partir de uma clara manipulação de fontes e dados. Durante um bom tempo, o conceito era prioritariamente, referido à essa questão específica do holocausto, convencionando-se inclusive as implicações jurídicas disso. O caso mais exemplar, diz respeito ao processo movido pelo historiador negacionista David Irving contra Deborah Lipstadt a respeito da negação do holocausto, tendo Lipstadt sustentando a tese da negação no âmbito jurídico. Bem, esse é o modelo clássico do negacionismo. O que assistimos ultimamente é ainda mais problemático. Primeiro ampliou-se o escopo de temas “negados”, então, o conceito se disseminou nos últimos anos e acabou por representar a desqualificação de pressupostos científicos em vários campos do conhecimento, como o negacionismo climático.

Retornemos novamente ao tema ditadura militar brasileira nesse contexto. Um dos nossos problemas foi a própria maneira como nossa sociedade lidou com esse acontecimento a partir do encerramento do ciclo ditatorial. Vou dar um exemplo, há uns três anos, fui ministrar um minicurso numa universidade sobre esse tema. Antes de começar, pedi aos presentes que fizessem um esforço para lembrar qual a primeira vez que tinham escutado falar da Ditadura Militar. Uma turma de 25 graduandos em história. Apenas dois mencionaram ter escutado o tema no ensino médio. Os demais, disseram que somente na universidade. Isso é realmente espantoso. Claro que o tema deve ter entrado no horizonte de conteúdos na vida escolar

deles, em todo caso, há aí um problema, porque o acontecimento não permaneceu nas estruturas duradouras na lembrança para esses estudantes. Embora tenhamos uma produção extremamente significativa em filmes e livros sobre a ditadura, não me parece que ele tenha sido satisfatoriamente apropriado na cena pública brasileira, especialmente, sobre seus efeitos. Acrescenta-se aí, outros problemas como a falta de política de estado de investigar e punir os crimes perpetrados durante o período, a Lei da Anistia que colaborou enormemente para o silenciamento do tema e, não podemos deixar de considerar, a própria veia autoritária sempre presente em nossa sociedade que "ameniza" os significados da violência institucional. Todos esses fatores preexistentes vão colaborar para o que assistimos hoje.

Vejam que estamos no meio de um processo que se espraia em várias frentes: as falácias do discurso antidoutrinação, os ataques aos professores e em especial aos historiadores, as desqualificações dos livros didáticos e por fim as desqualificações do conhecimento acadêmico. Na prática o que grupos, como os olavistas têm feito é dizer: "vejam, nossa produção é a verdade. Eles mentem", esse é o mote de produções como aquelas difundidas pelo site Brasil Paralelo. Isso tem um efeito prático quando falamos de uma sociedade na qual percebemos várias lacunas nos processos de educação formal e na própria difusão do conhecimento. Temos o grande desafio e combater essa produção negacionista crescente. Não é pelo fato de ela não ser produzidas dentro do nosso campo, mas por ela ser efetivamente mal-intencionada, abusiva.

Hydra: Ainda no tema dos negacionismos e revisionismos históricos, há outro período ou evento que também está sendo muito comentado?

Sônia Meneses: Fiz um levantamento sobre as mudanças de sensibilidade nas apropriações da ditadura militar entre nós. O episódio continua aparecendo em primeiro lugar e, nos últimos 8 anos, percebe-se uma

mudança significativa entre o número de pessoas que concordavam que o acontecimento devesse ser considerado uma ditadura e aqueles que achavam que não. No máximo seria um regime militar democrático. Identifiquei a curva dessa mudança ali, no ano de 2012, através de uma pesquisa sobre todas as matérias postadas sobre o tema na página do Jornal Folha de São Paulo, no Facebook, entre os anos de 2008 a 2017. Pude constatar, através de levantamento numérico, uma mudança muito significativa entre internautas que passaram a ser simpáticos ao sistema, houve também, um aumento significativo das matérias sobre o tema na redes sociais. Outros temas, como a escravidão, inquisição têm começado a entrar no circuito negacionista das redes sociais. Destaco que os argumentos negacionistas usam subterfúgios procurando se apresentar como pesquisas sérias, dizendo usar dados, etc. Na prática pode até citar obras e historiadores renomados. Para mim, uma obra que tem um certo tempo e de repercussão significativa nas redes sociais, é o Guia politicamente incorreto da história, cujo o primeiro lançamento dedicado à história do Brasil é do ano de 2009. A meu ver, a obra tem um claro teor negacionista. Ali há um recorte de registros, utilização de informações descontextualizadas para fazer valer os argumentos do autor. Há vários artigos analisando essas obras demonstrando seus vários problemas. Em muitos grupos negacionistas as obras politicamente corretas aparecem como uma referência importante e são constantemente mencionadas como exemplos de uma história verdadeira e não “ideológica”. Se formos observar a estruturação dessas obras, percebemos que elas escolhem como temas representativos da história do Brasil aqueles que se vinculam diretamente às pautas sociais. Assim, é construção temática, episódica. Não por acaso foi apropriada pela linguagem televisiva e digital, transformando-se em um programa de

televisão bastante polêmico. Recentemente publiquei um artigo analisando esse caso e suas implicações para o ensino².

Hydra: Os professores de História, atualmente, estão lidando ainda mais fortemente com mais problemas para legitimar sua profissão e seus estudos em sua sala de aula. Muitos de seus alunos, a todo minuto conectados nas mídias sociais, tendo acesso a, por exemplo, canais de YouTube que afirmam que “seu professor de História é comunista e mentiu para você”. Com a senhora, sendo professora do Departamento de História de uma universidade pública, já ocorreu em sala algum debate – ou questionamento – baseado em livros de história que são atualmente muito comentados, mas que contém erros graves como, por exemplo, revisionar ao extremo a escravidão a ponto de negar seu caráter opressor?

Sônia Meneses: Como professora do programa Prof.História, exatamente voltado aos professores de história da educação básica, esse tem sido um tema recorrente. Muitos relatam casos em que os alunos trazem esses conteúdos de páginas conservadoras ou de extrema-direita para confrontar o conteúdo abordado em sala. Alguns de forma mais tímida, outros de maneira mais agressiva. Já escutei casos em que os pais dos alunos foram à escola dizer que aquele professor estava doutrinando seu filho. Este é um grande problema que teremos que enfrentar e não será fácil. Não há uma resolução simples porque envolve vários fatores que vão desde questões familiares, religiosos, etc. Há um elemento novo, em discursos distribuídos por grupos como o *Escola Sem Partido* somos pintando como vilões, doutrinadores de crianças, inimigos da sociedade. Pelo viés político e polarizado que vivemos, muitos aderiram a esse argumento sem sequer pensar sobre ele. Então, mesmo que a pessoa nunca tenha tido qualquer

² Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade, publicado ano passado na Revista História Hoje.

experiência ou situação de constrangimento ou imposição de conteúdos ministrados com fins políticos dentro da escola, ela acredita que passou por isso porque está convencida de que todos os professores de história são de esquerda e, portanto, tudo que eles ensinaram era doutrinação. Esse processo de desqualificação do conhecimento histórico e do professor para mim é a maior tragédia que teremos que tentar reverter.

Hydra: Deparou-se com algum aluno defendendo a falsa noção de “verdade histórica” por ter lido obras como, a título de exemplo, “Guia Politicamente Incorreto” do Leandro Narloch (ou ter assistido este programa no canal de TV History)? Caso verdadeiro, como propôs um diálogo com ele? Caso não tenha ocorrido, como a senhora aconselha os professores? O curso de História da URCA, com diplomação em Licenciatura, apresenta abordagens adequadas para os futuros professores de História lidarem com tais alunos? É possível criar um método – não perfeito ou “mágico” – de realizar esta tarefa?

Sônia Meneses: Nas aulas nunca me deparei exatamente com defensores do Guia, mas tive notícias que, alguns alunos já chegaram, por exemplo, a defender Ustra, sobretudo, em turmas que ingressaram mais recentemente. Isso é bastante representativo porque a onda negacionista vem se aproximando da Universidade. Há pouco falei sobre o crescimento extremamente positivo das pós-graduações em história no país e como entramos nos anos 2000 com um campo bastante fortalecido. É dessa época também que podemos identificar, com mais ênfase, pesquisas históricas que colocam em evidências novos sujeitos como negros, mulheres, LGBTQs, indígenas, isso também foi fruto de pautas sociais que reivindicavam o reconhecimento de suas histórias. É também o momento da proliferação de novos temas, novas metodologias e fontes, por exemplo, podemos citar a historiografia sobre a escravidão que modificou bastante nosso olhar para a

temática. Mas, por outro lado, é também no final da primeira década desse século, que alguns grupos conservadores passam a construir um discurso reacionários sobre doutrinação do ensino, do livro didático. O próprio movimento Escola Sem Partido começa timidamente em 2004. Com ele uma série de ações que isoladamente, pareciam sem maiores propósitos, mas que à luz dos dias de hoje, acabam servindo para compreendermos muitas tomadas de decisão autoritária e dos ataques ao ensino. Todos esses temas passaram a ser atacados como doutrinação histórica. Creio que, para boa parte desses grupos de extrema direita, não bastará mais falar de fora da academia, ou dizer que os historiadores mentem. Será preciso fazer parte do espaço acadêmico para enfrentar o que eles consideram uma história de esquerda. Não há uma fórmula mágica para enfrentar essa questão, até porque, penso que não estávamos preparados para nos deparar com essa problemática no universo escolar, tampouco no acadêmico. Assim, vamos ter que encontrar o caminho e acho que isso passará primeira pela compreensão sobre esses novos paradigmas conservadores e como e porque ele tem seduzido tanto as pessoas. Por outro lado, necessitaremos entrar mais sistematicamente no trabalho de utilização dessas mídias, investir na divulgação histórica, entender aspectos de sensibilização desses movimentos. Não dá mais para desprezar o alcance desses discursos.

Hydra: Os canais brasileiros atuais postos nas mídias sociais, como no Youtube ou Facebook, criados por historiadores, estão abordando de forma atrativa e adequada a História para o grande público? Ou considera que ainda há abordagens melhores a serem realizadas?

Sônia Meneses: Acho que ainda somos muito tímidos no uso das tecnologias. Por muito tempo, nós historiadores nos ausentamos do diálogo através desses canais. Poucos iam a Tv ou Rádio com medo da exposição, ou das edições feitas por esses veículos em nossas falas, ou porque realmente, não

achávamos que seria importante ocupar tais espaços. Havia receio de comprometimento público. Uma coisa era publicar nossas teses em livros, falar delas entre um público especializado em eventos, dentro das salas de aula, etc. Outra é realizar uma simplificação disso para o grande público. Quando falo em simplificação, não estou retirando a dimensão complexa do conhecimento histórico, ou querendo dizer que ele deve ser um guia, mas é preciso traduzir essa produção para público mais amplo que necessariamente precisa de narrativas mais gerais e mais didáticas mesmo, se não fazemos, outros fazem e sempre irão fazer. Não cabe exatamente buscar culpados, mas entender que nossa formação não previu essa função. Até agora, penso que quase nenhum curso de história do país, tem disciplinas que preparem os alunos para os usos de mídias na produção e difusão do conhecimento histórico, ou mesmo que proponham outras alternativas de TCCs. Na URCA, nosso graduando pode escolher entre artigo científico, monografia, exposição ou a produção de um documentário em formato de curta-metragem. A proposta de diversificação foi ótima, mas não previmos na estrutura curricular disciplinas que preparassem os alunos para realizar esses outros formatos. O resultado é que até hoje nenhum deles se propôs trabalhos nesses moldes. Essas demandas não estavam postas em nosso horizonte de formação, mas hoje é urgente que ela aconteça. Existem bons exemplos de intervenção de historiadores em páginas e canais do youtube interessantes. Acredito que o pioneiro nessa tentativa seja o Café História coordenado pelo Bruno Leal no ar há mais de 10 anos. Recentemente, temos visto outras experiências como o trabalho do pessoal da Federal de Santa Catarina com a página de Teoria da História na Wikipedia coordenados pelos historiadores Flávia Varela e Rodrigo Bonaldo, a página História da Ditadura, produzida e coordenada pelo historiador Paulo César Gomes, de muito acesso, para mencionar algumas, Mas ainda precisamos de mais, precisamos ampliar nossa atuação nas redes sociais. É fundamental que desde a graduação os alunos se sintam estimulados a

interagir com esses espaços como produtores de conhecimento. Adaptar nossos conteúdos para o Facebook, para o Youtube... a produção de Podcast hoje parece muito promissora e pode dinamizar muito o interesses dos alunos para os conteúdos históricos. Como iremos formar professores para alunos que vivem imersos no universo virtual, lançando mão apenas de mecanismos analógicos? É preciso que encontremos um equilíbrio.

Hydra: Por fim, como lidar com as problemáticas da pós-verdade e a falta de compromisso com a ética nesse complicado momento em que estamos vivendo? Como nós, historiadores e professores de História, podemos trabalhar isto com o público geral?

Sônia Meneses: Vai ser um trabalho contínuo de combate à desinformação, mas essa não será uma tarefa fácil, tampouco será apenas para nosso campo. Será necessário haver um enfrentamento coletivo em defesa da ética e da responsabilidade da produção do conhecimento e da informação. Não é uma luta que se ganha sozinho. E nenhum campo, isoladamente, a meu entendimento, vai conseguir isso sem que haja uma mudança geral. No começo falei um pouco do processo de estabelecimento dessa nova comunicação.

De um processo verticalizado que conhecíamos como comunicação de massa, na qual alguns produtores centralizavam a informação e sua distribuição, agora, entramos na era da uma comunicação horizontalizada, que se espalha em infinitos veios por nossa sociedade, ela está em cada local e, em nossas mãos através dos smartphones. O que não atentamos logo de saída é que, mesmo essa comunicação horizontalizada é também controlada por grandes gigantes das novas comunicações. Agora de uma forma mais eficaz porque eles conseguem produzir conteúdos individualizados que têm como padrão o comportamento dos usuários. Isso é muito poderoso. É como estivéssemos totalmente despidos para essas

empresas que acabam nos manipulando através dos complexos jogos de algoritmos. Assim, de certa forma, estamos muito mais presos nessa teia. No recente escândalo da Cambridge Analytic ficou muito claro o grau de conhecimento acumulado sobre cada sujeito a partir de usos nas diversas redes sociais. Cada usuário recebia uma propaganda individual que influenciou diretamente em suas tomadas de decisões. Essa é a maior riqueza desse tempo, ou seja, esses dados. É um problema criado por nós e se não consideramos vigorosamente esses problemas de controle e manipulação o próprio futuro das democracias modernas está ameaçado.